

Verbos Possessivos em Contextos Existenciais na História do Português

Pesquisador: **Juanito Ornelas de Avelar**

Financiamento: **FAPESP (PD 06/03852-4)**

Local: **Universidade de São Paulo / FFLCH-DL**

Supervisor: **Prof. Dr. Jairo Morais Nunes**

Período: **novembro/2006 a agosto/2007**

1. Introdução

Este relatório apresenta as reflexões que nortearam o estudo das construções possessivas e existenciais com *ter* e *haver*, dentro do projeto *Verbos Possessivos em Contextos Existenciais na História do Português* (FAPESP 06/03852-4). A pesquisa seguiu os pressupostos da versão minimalista (Chomsky 1995, 2000, 2001) da Teoria de Princípios e Parâmetros, explorando a visão não-lexicalista da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz 1993, 1994; Harley & Noyer 2003). Sobre as correlações sintáticas entre as expressões de posse, locação e existência, o estudo segue mais de perto a abordagem de Freeze (1992), bem como assume a proposta de Torrego (2002) em torno da idéia de que as línguas naturais não são uniformes quanto à natureza da categoria que deve ser incorporada à cópula para gerar o verbo possessivo. No que diz respeito às propriedades da sentença possessiva em português, a investigação deu continuidade à abordagem proposta (Avelar 2004a), que tematizou construções com *ter*, *ser* e *estar* à luz de Freeze (1992) e Kayne (1993).

2. A entrada de *ter* em contextos existenciais do português brasileiro

2.1 Quando se dá a reanálise de *ter* como existencial?

Qualquer trabalho que tente explicitar as razões que conduziram a diferenças entre o português brasileiro e o português europeu no uso do verbo *ter* deve levar em conta questões como as que se seguem.

- (1) a. O verbo *ter* já era usado como existencial antes da formação do português brasileiro ou se trata de uma inovação da gramática desta língua?
b. Se *ter* já era usado como existencial antes da formação do português brasileiro, que fatores teriam “barrado” a inovação no português europeu? Além disso, que elementos entraram em jogo para determinar, numa fase anterior à da formação do português brasileiro, a atribuição de um valor existencial?
c. Se se trata de uma inovação de aprendizes do português brasileiro, por que a mudança não teve paralelo entre os aprendizes do português europeu?

Autores como Ribeiro (1996), Mattos e Silva (1996) e Viotti (1998) apresentam dados do século XVI que, à primeira vista, nos levariam a acreditar que *ter* ocorria como existencial já naquele período, indiciando que a inovação se iniciou num período anterior à formação do português brasileiro. Esses dados estão exemplificados em (2)-(4) a seguir, mostrando contextos em que *ter* não dispõe de qualquer elemento realizado em sua posição de sujeito.

- (2) [...] e assim caminha / Para a povoação, que perto ***tinha***. (Os Lusíadas. V, 29 / Ribeiro 1996: 373)
- (3) a. Antre esta coroa darea e esta ilha ***tem*** canal pera poder sahir. MNS 314,2
b. Dentro ***tem*** um ylheo emcostado ao lado de leste. MNS 324,6
c. Para cima ***tendo*** dous bons canais hum aloeste e outro ao leste. MNS 324,9
d. Na sua ponta da banda do sua ***tem*** hua terra alta. MSN 326,19

- (4) ...se metiam [eles] em almaadias duas ou três que hy **tiinhan**...

(Carta de Pero Vaz de Caminha / apresentado em Mattos & Silva 1996: 187)

Documentos produzidos no Brasil durante o século XVII, apresentados em Eleutério (2003), também apresentam construções em que *ter* pode receber uma interpretação existencial, tal como em (5)-(9) a seguir. Dados desse tipo reforçariam a idéia de que a emergência de *ter* é tão antiga quanto a entrada e fixação do português em terras americanas, o que corroboraria a hipótese de o seu valor existencial ser um fato já em Portugal, antes da formação do português brasileiro.

- (5) ...e asim diserão elles doadores que tinhão e em caza tres crianças emgeitadas que elles criarão Manoel Jozeph Pascoal os quais emcomendão aos Religiozos seos herdeiros os tenhão debaixo de sua propteção e os dotrinem como filhos juntamente com [os mamalucos forros que em sua caza **tem**], em fé do qual asim o outrogarão,... – [3, 65, 202] – 1632
- (6) e asim ia que não pode tratarse do pasado deuia a Sancta Caza da Mizericordia [...] ver [as desconueniencias que **tinha**.] – [4, 154, 206] – 1691
- (7) O Padre Prior e mais Religiozos do conuento do Carmo desta çidade do Rio de Janeiro [dis] que ao dito Conuento deo em capella com obrigaçõs de missas, e outros legados de Pedro Luis Ferreira [huas terras que **tem** em o Rio Sorohy] – [12, 6, 232] – 1620
- (8) pello dito Capitam Sebastião Mendes da Silveira me foi dito em prezensa delle testemunhas ao diante nomeadas e assignadas, que elle esta de posse paçifica do [Emgenho e terras que **tinha** na guaratiba] [21, 20, 250] – 1660
- (9) O Padre Prior e mais Religiozos do Conuento de Nossa Senhora do Carmo [dis] que elles querem comesar as obras de sua Igreja o que he bem e honrra da terra por ser templo donde concorre toda a gente della e [hora **tem** huã pedreira aberta em huma Ilha] que esta no mar da Ilha de Sam Bento e hora se não sabe ter Senhor – [102, 8, 361] – 1619

(Dados apresentados em Eleutério (2003))

Ainda mais intrigantes seriam os dados em (10) a seguir, levantados de corpora do português europeu contemporâneo. As sentenças destacadas correspondem a contextos em que *ter* pode ser tomado como reportando a um valor existencial, o que indicaria o uso impessoal do verbo possessivo, ainda que residualmente, também pelos falantes do português europeu.

(10)

- (a) #I - um shotezinho. aquilo era tão doce! sabia mesmo bem. aquilo era ótimo. depois assim, por trás desse balcãozinho que havia, **tinha a cozinha da mulher**, que aquilo
#D - hum, hum.
#I - era o resto d**A CASA DA MULHER**.
#D - pois, exacto.
#I - portanto **tinha a cozinha**, **tinha a mesa da cozinha**, **tinha o frigorífico**, **tinha as canecas penduradas**, **tinha as folhas do louro**, **tinha, tinha as suas compotas do mel e não sei quê** e depois o mais giro era que dentro da cozinha estava mais pessoal que era cliente. (Década de 90 / Faixa Etária 1 - Culto)
- (b) A: pois... E são esses os instrumentos com que acompanham essa... o bailinho?
X: além da, da, do violino, que isso então eu (...).
A: violino?
X: violino, **tem violino**. O violino é um instrumento que se propagou no mundo todo como sabem, (...) não é. E então, **AQUELA GENTE MAIS MODESTA** também utilizava o violino, a flauta
A: sim.

(dados de falantes europeus, extraídos de inquéritos disponíveis em www.lettras.ufrj.br/varport)

Contudo, quando apresentados a esse mesmo o conjunto de dados indicado em (5)-(10), falantes do português europeu rejeitam categoricamente a interpretação das sentenças relevantes com *ter* como sendo construções existenciais. Para eles, tais construções correspondem a sentenças possessivas com um sujeito nulo referencial tomado como possuidor. Nas frases destacadas em (10a), por exemplo, o sujeito de

ter é tomado como sendo *a casa da mulher*, que corresponde ao tópico do contexto em questão; em (10b), o sujeito é *o bailinho*, que também funciona como tópico do contexto em que a sentença é realizada.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, enquanto os falantes do português brasileiro tratam as sentenças com *ter* sem sujeito como construções impessoais de valor existencial, os do português europeu interpretam-nas como construções possessivas com sujeito referencial nulo. Essa oposição resulta, provavelmente, de diferenças no licenciamento de categorias nulas na posição de sujeito, um aspecto sabidamente contrastivo entre os dois dialetos. A questão que se impõe para o presente projeto é, portanto, a de saber se os indivíduos que produziram aqueles dados dos séculos XVI e XVII dispunham de uma gramática como a do português brasileiro, que tende a rejeitar sujeitos nulos referenciais, ou como a do português europeu, em que o uso de sujeitos nulos referenciais é generalizado.

Dado o estágio atual sobre as pesquisas em torno do sujeito nulo no português brasileiro, segundo as quais essa língua teria se afastado do português europeu em função do enfraquecimento da concordância, somos levados a acreditar que os indivíduos que realizaram os dados em questão detinham a mesma intuição que a dos falantes contemporâneos do português europeu quanto à interpretação de *ter*. Em outras palavras, a emergência de *ter* como existencial é uma inovação do português brasileiro, consistindo possivelmente numa mudança encaixada a fatos mais gerais intrínsecos à gramática internalizada dos falantes dessa língua. Se essa visão estiver correta, isso significa que a interpretação existencial atribuída por pesquisadores brasileiros para construções com *ter* no português do século XVI precisa ser revista: trata-se de sentenças possessivas interpretadas como existenciais em função da impossibilidade de falantes do português brasileiro realizarem sujeitos nulos referenciais no contexto em questão; diante dessa impossibilidade, a tendência natural é atribuímos um valor impessoal para *ter*, fornecendo-lhe o valor existencial.

Dessa forma, a pergunta eleita para nortear a análise deste projeto em torno dos fatos relevantes no português brasileiro é aquela em (1c), repetida convenientemente a seguir, sobre a qual vou me debruçar na próxima seção: **Se se trata de uma inovação de aprendizes do português brasileiro, por que a mudança não teve paralelo entre os aprendizes do português europeu?**

2.2 Sentenças impessoais com *ter* e *estar com*

Tendo em mente o exposto na seção anterior, o projeto passou a explorar a hipótese de que *ter* começou a ser usado como um verbo impessoal no português brasileiro em função das inovações dessa língua no que diz respeito às propriedades da posição de sujeito e a padrões da chamada "inversão locativa". Como vou tentar mostrar, um e outro aspecto podem ter agido no sentido de levar à emergência de padrões impessoais com a locução *estar com* e, por extensão, com o verbo *ter*, dada a relação derivacional entre um e outro elemento.

Como amplamente divulgado na literatura sobre o português brasileiro, o enfraquecimento do paradigma flexional conduziu a mudanças drásticas no licenciamento de sujeito nulo referencial, levando a gramática da língua a se afastar de um padrão rigidamente *pro-drop* (Duarte 1995; Galves 1996; Figueiredo Silva 1996; Ferreira 2000; Rodrigues 2002). Uma das conseqüências dessa mudança diz respeito à interpretação de construções como as que se seguem em (11), que apontam para um fato relacionado às sentenças tratadas na seção 6: enquanto no português europeu esses padrões são interpretados como possuindo um sujeito nulo referencial, no português brasileiro os mesmos devem receber uma leitura impessoal ou

passiva. A construção em (11a), por exemplo, deve corresponder, no português europeu, a algo como *ele/ela vende muitos livros naquela loja*, enquanto no português brasileiro a mesma vai ser interpretada como *aquela loja vende muitos livros* ou *muitos livros são vendidos naquela loja*. Notemos, ainda, que a ausência do constituinte locativo no português brasileiro (mas não no português europeu) leva sentenças desse tipo à agramaticalidade, o que nos faz considerar a possibilidade de que a presença de tal constituinte envolve a satisfação de requerimentos gramaticais, e não apenas semânticos.

- (11) a. *(Naquela loja) vende muitos livros.
b. *(Naquela máquina) lava qualquer tipo de roupa.
c. *(No Rio de Janeiro) seqüestra até filho de pobre!
d. *(No meu DVD) grava todo tipo de filme.
e. *(Lá naquela rua ontem) roubou mais de dez carros.

Vou considerar que essas construções em (11) correspondem a casos de inversão locativa, compondo um padrão similar ao identificado em línguas da família Bantu (Avelar & Cyrino 2007/em preparação): na inversão locativa, elementos com interpretação espacial/temporal são licenciados na posição sintática do sujeito (digamos, em [Spec,TP]), satisfazendo a requerimentos de ordem gramatical.

Cabe, nesse ponto, abordar brevemente dois trabalhos que permitem, num certo sentido, incrementar o quadro sobre contextos de inversão locativa no português brasileiro. Um desses trabalhos corresponde à proposta de Avelar & Cyrino (2007/em preparação), que sugere para reflexão a idéia de que o português aprendido como segunda língua pelos africanos vindos como escravos para o Brasil apresentava estruturas com elementos locativos não-argumentais na posição do sujeito gramatical, dado que a(s) língua(s) materna(s) desses escravos deveriam dispor de um padrão sentencial em que a inversão locativa era generalizada (tal como nas línguas Bantu atuais). Se esta idéia estiver correta, esse padrão acabou por se difundir entre as futuras gerações de falantes do português brasileiro, levando à emergência de uma gramática que, diferentemente do português europeu, licencia PPs locativos na posição de sujeito de sentenças com verbos canonicamente transitivos.

Um outro trabalho é o de Negrão e Viotti (2006), que chamam a atenção para o fato de o português brasileiro demonstrar uma tendência à “ergativização” de verbos transitivos, condição que afeta uma grande variedade de itens verbais tipicamente agentivos. Tal condição não é identificada em outras línguas românicas (incluindo o português europeu), e pode, como ressaltam as autoras, ser uma mudança desencadeada pela entrada massiva de falantes de línguas africanas no período colonial.

Considerando que as hipóteses de Avelar & Cyrino e Negrão & Viotti estão no caminho correto, vou sugerir que construções com *estar+com* seguiram esse mesmo padrão de inovação observado entre outras sentenças no português brasileiro, como se pode atestar pelos dados em (12)-(13) a seguir. Ao lado das construções em (a), que trazem um DP na posição de sujeito (respectivamente, os constituintes *o ônibus* e *a locadora*), o português brasileiro admite as construções em (b), que podem ser tomadas como paráfrases das primeiras, em que o constituinte locativo também precisa ser realizado ou, pelo menos, inferido.

- (12) a. O ônibus **(es)tava com** mais de cem passageiros na hora do acidente.
b. *(Dentro do ônibus) **(es)tava com** mais de cem passageiros na hora do acidente.
- (13) a. A locadora **(es)tá com** filmes ótimos em promoção.
b. *(Na locadora) **(es)tá com** filmes ótimos em promoção.

O importante desses dados para a hipótese em torno do verbo *ter* é a seguinte: se os traços de *estar* e *com* correspondem aos morfemas que são combinados para obter o verbo possessivo, é plausível supor que a existência de construções impessoais com *estar+com* (trazendo categorias locativas na posição gramatical do sujeito) implique a possibilidade de construções impessoais com *ter*. A esse respeito, note-se que, como paráfrases àquelas construções em (12)-(13) acima, temos as sentenças abaixo: em (a) de (14)-(15), vemos construções em que o verbo *ter* aparece na sua versão possessiva, enquanto em (b), em construções tematicamente paralelas, o mesmo verbo ocorre em sua versão impessoal/existencial. A partir dessas correlações entre *estar+com* e *ter*, o projeto trabalhou com a hipótese de que a entrada de *ter* em contextos existenciais no português brasileiro resulta do aparecimento de construções impessoais com *estar+com*.¹

- (14) a. O ônibus **tinha** mais de cem passageiros na hora do acidente.
b. Dentro do ônibus **tinha** mais de cem passageiros na hora do acidente.
- (15) a. A locadora **tinha** filmes ótimos em promoção.
b. Na locadora **tinha** filmes ótimos em promoção.

Um indício de que esta idéia pode estar no caminho correto é o fato de o português europeu rejeitar tanto as construções impessoais com *estar+com* (tais como exemplificadas em (b) de (12)-(13)) como as impessoais/existenciais com *ter*. Essa é exatamente a oposição esperada, dado que a gramática do português europeu, diferentemente da do português brasileiro, não experimentou o enfraquecimento de concordância que levou às restrições para o licenciamento de sujeito nulo referencial e, possivelmente por extensão, à emergência de novos padrões de construções (aparentemente) impessoais que exibem a inversão locativa.

Outro fato que reforça a hipótese é o paralelismo distribucional entre *ter* e *estar com*, como podemos observar em (16)-(17) a seguir. No contexto impessoal em (16), a preposição *com* não pode ser licenciada junto ao verbo *estar*, e, igualmente, *ter* também não é licenciado. Em (17), ao contrário, a preposição *com* é licenciada, com o verbo *ter* sendo também licenciado. A mesma observação é válida para os contextos em (18)-(19), que apresentam frases com sujeitos referenciais: em (18), com o DP *um filme ótimo* aparecendo na posição de sujeito, tanto *estar+com* como *ter* são rejeitados; em (19), com o DP *a TV* correspondendo ao sujeito, as duas formas passam a ser aceitas. Correlações dessa natureza, envolvendo tanto sentenças com sujeito quanto sentenças impessoais, levam a acreditar que foram as inovações envolvendo contextos com *estar+com* que permitiram a emergência de *ter* como existencial.

- (16) a. **Tá** passando um filme ótimo na TV agora à tarde.
b. ***Tem** passando um filme ótimo na TV agora à tarde.
c. ***Tá com** passando um filme ótimo na TV agora à tarde.
- (17) a. ??**Tá** um filme ótimo passando na TV agora à tarde.
b. **Tem** um filme ótimo passando na TV agora à tarde.
c. **Tá com** um filme ótimo passando na TV agora à tarde.
- (18) a. Um filme ótimo **tá** passando na TV agora à tarde.
b. *Um filme ótimo **tem** passando na TV agora à tarde.
c. *Um filme ótimo **tá com** passando na TV agora à tarde.
- (19) a. *A TV **tá** um filme ótimo passando agora à tarde.
b. A TV **tem** um filme ótimo passando agora à tarde.
c. A TV **tá com** um filme ótimo passando agora à tarde.

¹ Para um estudo detalhado sobre a emergência de construções com verbos transitivos impessoalizados e sua possível relação com o licenciamento de sentenças existenciais com *ter*, ver o estudo de Franchi, Negrão & Viotti (1998).

Outro fato que chama a atenção em favor desse quadro é o afrouxamento da restrição de definitude entre as sentenças existenciais com *ter*, como nas sentenças em (20) a seguir (ver Viotti (2002)). Esse fato pode ser explicado se levarmos em conta que, diferentemente de línguas como o inglês e o português europeu, em que esse afrouxamento não é atestado, **não há qualquer Caso inerente partitivo entrando em jogo para determinar a restrição, mas sim atribuição de um Caso oblíquo por meio da preposição *com***. Considerando que o Caso partitivo é o responsável pelos efeitos da restrição de definitude, nos termos de Belletti (1988) e Lasnik (1995), a sua ausência entre as construções com *ter* acabou por permitir o referido afrouxamento entre as existenciais do português brasileiro. Vale ressaltar que uma proposta nesses mesmos termos é feita por Longa, Lorenzo & Rigau (1998) para o catalão, em que o verbo possessivo *haver* (cf. (21)) pode ser usado como existencial sem implicar qualquer efeito de definitude, exatamente por não existir Caso partitivo entrando em jogo no uso desse verbo.

- (20) a. Tem o contorno de um rosto humano por trás dessa pintura.
 b. Tem o homem perfeito para a Ciça na minha turma de pós-graduação.
 c. Tinha o ator de que a Ana gosta naquele filme.
 d. Tinhas as mesmas pessoas de sempre na minha festa. (Viotti 2002: 146)

(21) catalão (Longa, Lorenzo & Rigau 1998: 128)

- a. *hi havia un flequer*
 CL had a baker
 'There was a baker.'
 b. *hi havia el flequer*
 CL had the baker
 'The baker is there.'

2.3 Duas questões relevantes

A abordagem sugerida na seção anterior se limita a explicar o porquê de *ter* haver emergido em contextos impessoais, mas não esclarece a razão pela qual, em tais contextos, o verbo acabou por adquirir uma significação existencial, substituindo a forma *haver*. Nestes termos, cabem pelo menos duas perguntas a respeito das inovações atestadas no português brasileiro:

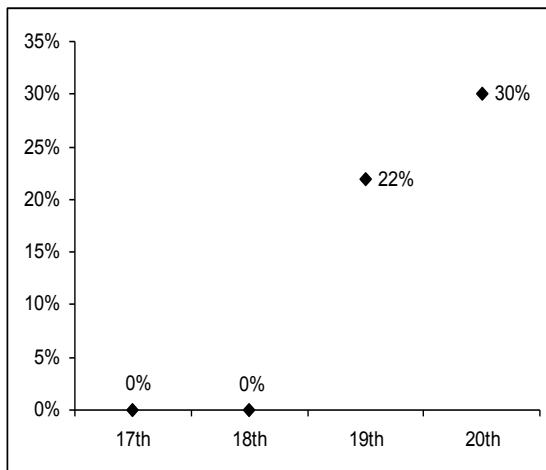
- (22) a. Como explicar formalmente o fato de o português brasileiro admitir PPs locativos na posição gramatical do sujeito, mas não o português europeu?
 b. Por que a impessoalização de construções com *ter* conduziu esse verbo ao estatuto de item existencial?

Vou me concentrar inicialmente em (22a), que, como pretendo mostrar, vai estar na base da questão acerca do porquê de o verbo *ter* ter se tornando impessoal e existencial no português brasileiro, mas não no português europeu. Neste ponto, gostaria de retornar a uma sugestão que faço sistematicamente em Avelar (2006) acerca da manifestação de traços- ϕ no português brasileiro, a qual é retomada em Avelar & Cyrino (2007/em preparação). Propõe-se em tais trabalhos que os traços- ϕ são opcionais em T no português brasileiro, diferentemente do observado no português europeu, onde os mesmos traços são obrigatórios. Um indício dessa opcionalidade é dado pela sentença em (23) a seguir, em que a concordância entre o sujeito e o verbo não é obrigatória. Nesse sentido, T não tem necessidade de sempre interagir com DPs/NPs, via *probe-goal agreement* (no sentido de Chomsky 2000, 2001), para valorar seus traços- ϕ . Essa condição abre espaço para que projeções sem traços- ϕ disponíveis (como os PPs locativos) ocorram em [Spec,TP] e, dessa forma, explica a possibilidade de categorias locativas aparecerem na posição de sujeito.

(23) Os menino *bebeu/bebero* cerveja.

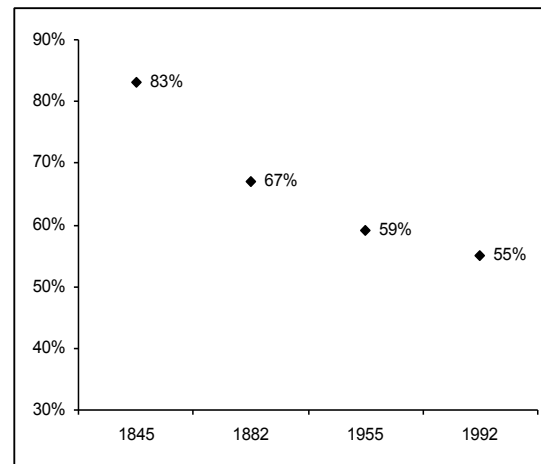
Uma abordagem nestes termos leva-nos a uma outra questão de ordem diacrônica: foi a opcionalidade dos traços- ϕ que acabou por permitir o licenciamento de itens locativos na posição gramatical do sujeito? Ou foi a necessidade de inserir elementos não-argumentais em [Spec,TP] que levou à necessidade de traços- ϕ se tornarem opcionais? Independentemente de qual seja a resposta, se pensarmos que a opcionalidade dos traços- ϕ está associada ao enfraquecimento da concordância, que por sua vez é o fator que leva à redução da frequência dos sujeitos nulos no português brasileiro, teremos a opcionalidade dos traços- ϕ , a inversão locativa e a queda do sujeito nulo como inovações que pertencem a um mesmo pacote de mudanças. Interessantemente, o uso de *ter* como existencial, que propus estar ligado de alguma forma a inovações envolvendo a inversão locativa em contextos impessoais, surge em documentos escritos do século XIX no mesmo período em que se detecta a queda na frequência do sujeito nulo, como se pode observar pela comparação das figuras em (24) e (25) a seguir. Este fato sugere que a emergência de *ter* como emergencial deve pertencer ao mesmo pacote de mudanças que abarca as inovações supracitadas.

(24)



Frequency of existential *ter* (against frequency of *haver*) in documents written in Brazil, from the 17th century to the 20th century. (Avelar (2006a))

(25)



Frequency of referential null subject corresponding to the third person in documents written in Brazil, from 1845 to 1992. (Duarte (1995: 20))

Retornando à questão apresentada em (22a), que indaga sobre o porquê de os padrões especiais de inversão locativa serem observados apenas no português brasileiro, mas não no português europeu, esse fato deve ser relacionado à opcionalidade dos traços- ϕ da primeira língua, por sua vez associada a outras duas inovações: restrições ao sujeito nulo referencial e, mais importante para este projeto, o uso de *ter* como existencial.

Considerando agora a questão em (22b), que diz respeito ao porquê de a impessoalização de construções com *ter* ter conduzido esse verbo ao estatuto de item existencial, vou explorar a idéia de Freeze (1992) em torno dos universais que entram jogo para derivar as existenciais. Lembremos que, de acordo com Freeze, as sentenças existenciais são obtidas pela entrada de um constituinte locativo na posição de sujeito em construções subjacentemente copulares. Se as construções existenciais com *ter* realmente resultam de estruturas com *estar*, isso quer dizer que tais construções são, num plano subjacente, estruturas copulares. Diante disso, uma vez que as construções com *ter* podem receber um constituinte locativo na posição de

sujeito, teremos uma resposta para o porquê de esse verbo ter adquirido um valor existencial em construções impessoais que vão requerer um locativo na posição de sujeito.

Como apontado em relatório anterior, construções com *ter* e *estar+com* podem ser incluídas no rol das estruturas que admitem PPs locativos na posição de sujeito. Tendo isso em mente, notemos em (26) a seguir que o conteúdo da oração subordinada pode ter dois significados: um possessivo, em que o sujeito da principal é interpretado como o possuidor de *roupa*, e outro existencial, sem qualquer elemento interpretado como sujeito da oração. Em (27), diferentemente, a interpretação possessiva não está disponível, o que se deve provavelmente à presença do locativo em posição de sujeito: uma vez que o PP *na máquina de lavar* se encontra em tal posição, não há mais espaço para que *a Ana* seja interpretada como sujeito dentro da subordinada.

- (26) a. A Ana disse que *(es)tá* com roupa na máquina de lavar.
b. A Ana disse que *tem* roupa na máquina de lavar.
- (27) a. A Ana disse que na máquina de lavar *(es)tá com* roupa.
b. A Ana disse que na máquina de lavar *tem* roupa.

É interessante observar que o português europeu não se comporta nesse mesmo caminho: naquela língua, tanto os casos em (26) quanto em (27) precisam ter a oração encaixada interpretada como possessiva, com *a Ana* correspondendo à possuidora de *roupa*. Isso acontece porque, possivelmente, o português europeu não desencadeia inversão locativa entre construções possessivas, pelo menos não com os mesmos efeitos que os observados no português brasileiro.

Portanto, se esta análise estiver no caminho correto, a emergência de *ter* como um verbo existencial no português brasileiro resulta, em última instância, da convergência de duas inovações desta língua: as restrições para o licenciamento de sujeito nulo referencial e um padrão de inversões locativas similar ao observado entre línguas bantas, com PPs locativos passando a aparecer em posição de sujeito numa gama bastante variada de construções. Retornando às questões que foram levantadas anteriormente [constantes em uma parte do relatório que não se encontra neste documento] em termos de aquisição da linguagem, essas teriam sido exatamente as condições que levaram os aprendizes da língua, num determinado estágio, a atribuir um valor existencial à matriz do verbo possessivo, alterando o estatuto de 0000 para 0010.²

² Cabe destacar uma importante consequência da abordagem aqui sugerida sobre o tratamento fornecido por Freeze (1992) às existenciais. Embora o autor não afirme isso com todas as letras, a análise que ele apresenta nos leva a depreender que o locativo precisa sempre estar na posição de sujeito da cópula para que o significado existencial seja licenciado. Esse quadro não pode ser integralmente estendido ao português brasileiro, uma vez que muitas sentenças existenciais com *ter* (que estou assumindo serem subjacentemente copulares), não dispõem de qualquer constituinte locativo, como no exemplo em (i) seguir. Há ainda outras que dispõem de constituintes locativos, mas não ocorrendo na posição típica de sujeito, como em (iia)-(iiaa). Pelo modelo de Freeze, somente os casos em (iib)-(iib) deveriam receber uma interpretação existencial, tendo em vista a realização do locativo na posição anteposta típica de sujeito.

- (i) Tem muita mulher que odeia lavar roupa.
- (ii) a. Tem livro *na estante*.
b. *Na estante* tem livro.
- (iii) a. Tinha muita gente *na festa*.
b. *Na festa* tinha muita gente.

Uma forma de manter a validade da proposta de Freeze é considerar que é a possibilidade, e não a ocorrência necessária, de locativos na posição de sujeito da cópula que leva uma sentença copular a exibir o significado existencial. Nestes termos, o significado existencial em construções subjacentemente copulares não seria necessariamente obtido

2.4 Conclusões preliminares e continuidade da pesquisa

A conclusão preliminar a que chega o projeto sobre a entrada de *ter* em contextos existenciais do português brasileiro indica que essa mudança se deve à emergência de estruturas impessoais com *estar com*, não atestadas no português europeu. A reanálise parece ter sido desencadeada pelo aparecimento de padrões sentenciais, inexistentes no português europeu, em que PPs locativos são licenciados na posição gramatical de sujeito. Tal padrão pode ter entrado na língua no mesmo pacote de mudanças que levaram à opcionalidade dos traços- ϕ em T e à diminuição na frequência do sujeito nulo. Se for confirmado que esse conjunto de mudanças provém de influências das línguas Bantu, pode-se dizer que as propriedades da sintaxe de posse e existência no português brasileiro resultam diacronicamente de inovações próprias dessa língua, e não de resíduos de mudanças supostamente iniciadas no português europeu em estágios anteriores.

Para a próxima etapa da pesquisa, que será desenvolvida em meu projeto (intitulado *A Sintaxe de Posse, Locação e Existência na História do Português*) junto ao Departamento de Linguística da Unicamp, estão previstas as seguintes tarefas:

- Estender o foco de observação para dados que permitam validar a idéia de que a **opcionalidade dos traços- ϕ , a queda na frequência de sujeitos nulos e a emergência de sentenças impessoais com *ter* e *estar com*** são diacronicamente paralelas;
- contrastar de forma mais sistemática as restrições de definitude em contextos existenciais demonstradas pelo português brasileiro e o português europeu.
- confrontar os resultados alcançados pelo projeto e a caracterização que vem sendo oferecida para as sentenças existenciais nos diferentes desdobramentos da Teoria de Princípios e Parâmetros;
- acompanhar pesquisas sobre o português atualmente falado em países africanos, visando a identificar possíveis similaridades com os fatos em questão do português brasileiro;
- caracterizar a sintaxe das sentenças existenciais com *haver*, que consiste no padrão canônico do português europeu.

3. A proposta de Kayne (1993) para a derivação das sentenças possessivas

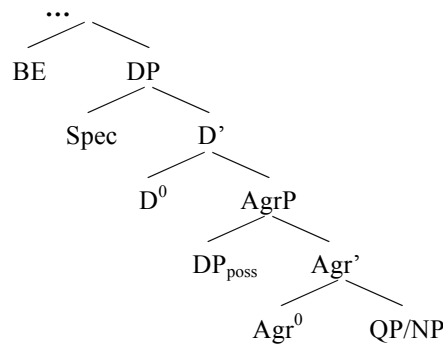
Antes de tratar da entrada do verbo possessivo em contextos existenciais no português antigo, vou abordar em linhas gerais a análise de Kayne (1993) para a obtenção do verbo possessivo no inglês a partir de uma base copular, que será relevante para a proposta que irei esboçar na próxima seção.

De acordo com Kayne, tanto o *have* possessivo como o *have* das expressões com participio passado resultam da incorporação de uma preposição abstrata a *be*. As construções com uma e outra forma vão contrastar apenas com relação a propriedades específicas de estruturas encaixadas num DP complemento da cópula. Para as possessivas em particular, que nos interessa mais de perto, Kayne estabelece a estrutura subjacente em (28) a seguir. A cópula, de acordo com a representação, dispõe de um único DP complemento, cujo núcleo seleciona uma instância AgrP. É nessa instância que a relação temática entre

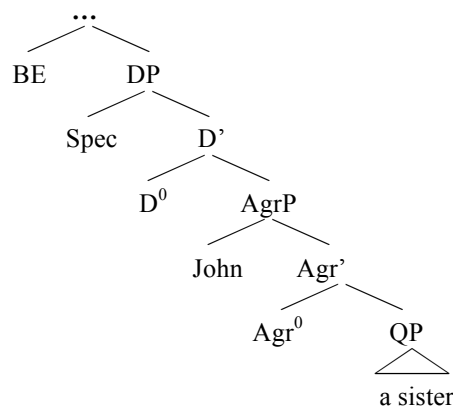
pela inserção do locativo, mas só se desencadearia se a língua admitisse a entrada de locativos em posição de sujeito de um conjunto de construções. Deixo, por ora, essa questão em aberto, reconhecendo porém se tratar de um ponto essencial para a validade do quadro que venho defendendo.

John e a sister, numa sentença como em (29a), é estabelecida, com (29b) consistindo então na sua estrutura subjacente.

(28)

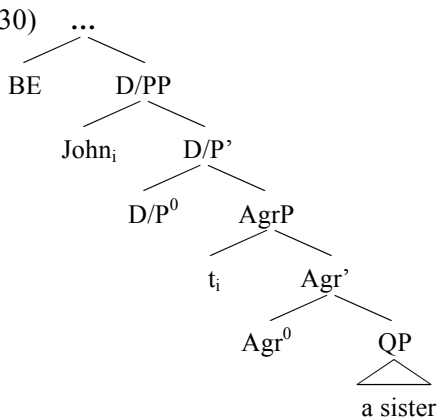


(29) a. John has a sister.
b.

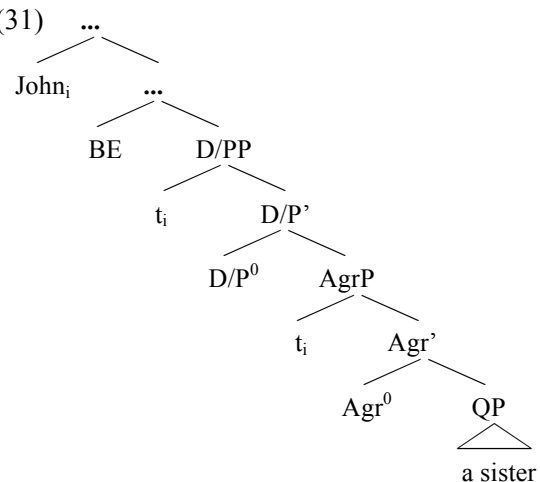


Dentro dessa proposta, a possibilidade de um DP permanecer ou não *in situ* está relacionada à atribuição de Caso. Para o inglês, Kayne considera que D^0 é uma categoria de natureza preposicional/complementizadora nula (daí ser representado como D/P^0), para cujo Spec um DP se move. O autor assume que, nessa língua, [Spec,AgrP] não pode licenciar Caso a DPs; da mesma forma, [Spec,DP] também não licencia um DP nessa posição, daí o movimento do constituinte interpretado como possuidor para uma posição mais alta, onde recebe Caso. A estrutura em (29b) passa, dessa forma, pelas representações em (30) e (31) a seguir.

(30)



(31)

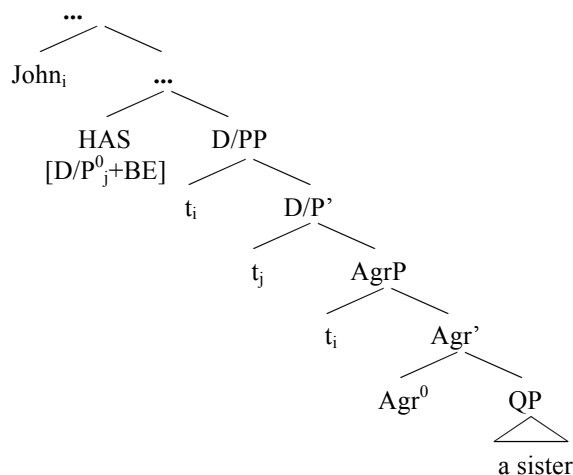


Em (30), o possuidor *John*, inicialmente inserido em [Spec,AgrP], se move para [Spec,DP]. O alçamento em seguida para a posição de sujeito de *be*, resultando na configuração em (31), permite que *John* seja

marcado com Caso. Essa configuração corresponde, entretanto, a *John is sister*, o que demonstra serem insuficientes os passos derivacionais para derivar aquela construção em (29a). Seguindo a proposta de Freeze (1992), Kayne assume que D/P^0 se incorpora a *be*, como em (33) a seguir, resultando na realização de *have*. A representação final da estrutura é aquela em (34).^{3,4}

(33) John D/P^0_j +BE [_{DP} e_i e_j [e_i [Agr⁰ [a sister]]]]

(34)



Retorno a essa abordagem de Kayne (1993) na próxima seção, quando sugiro uma estrutura similar à proposta pelo autor para capturar propriedades das construções possessivas com *haver* no português antigo.

³ Como Kayne assume que DP é similar a CP, seguindo a proposta de Szabolcsi (1994) para a caracterização de constituintes nominais em húngaro, a posição de [Spec,DP] vai ser tratada como uma posição A-barrá (ou seja, uma posição não-argumental). O movimento de [Spec,DP] para [Spec,BE] seria então impróprio, por se tratar de um movimento originado em posição A-barrá para uma posição A (uma posição argumental). A incorporação de D/P a *be* anularia essa impropriedade, permitindo a [Spec,DP] se tornar uma posição deste último tipo. A motivação da incorporação seria, então, de ordem sintática: ela deve permitir que a operação de movimento do DP interpretado como possuidor seja legitimada pelo sistema na derivação de uma sentença possessiva. A partir do capítulo 2, vamos implementar uma abordagem próxima à desenvolvida por Kayne para mostrar que é possível oferecer um tratamento unificado para *ter*, *ser* e *estar*.

⁴ A proposta de Kayne (1993) para as construções com *have_{part}* segue esse mesmo percurso derivacional. AgrP, nesse caso, vai corresponder à estrutura em (i), com a forma verbal no particípio passado equivalendo a Agr⁰. Em (ii), que é a estrutura-D fornecida para uma sentença participial em inglês, Kayne considera que ocorre um tipo particular de nominalização: D/P^0 é um nominalizador paralelo à categoria C; a estrutura participial encaixada é a seqüência nominalizada. Da mesma forma que nas estruturas possessivas, o DP_{subj} (correspondendo ao DP_{poss}) se move para Spec D^0 , e depois para uma posição mais alta que BE. A representação em (iii) consiste na estrutura-S de uma sentença com *have_{part}*, resultado de D/P^0_j +BE. Exemplificando, uma construção como em (iva) teria a representação como em (ivb).

- (i) ...[_{VP} DP_{subj} [V DP_{obj}]]
- (ii) ... BE [_{DP} Spec D/P^0 ... [_{VP} DP_{subj} [V DP_{obj}]]]
- (iii) DP_{subj/i} [D/P^0_j +BE=HAVE] [_{DP} e_i e_j ... [_{VP} e_i [V DP_{obj}]]]
- (iv)
 - a. John has broken the window.
 - b. John_i [D/P^0_j +BE = has] [_{DP} e_i e_j ... [_{VP} e_i [broken window]]]

4. A variação entre *ter* e *haver* no português medieval

De acordo com Mattos e Silva (1997), *haver* e *ter* variavam, no século XIII, em estruturas semanticamente classificadas como sendo de *posse adquirível material* e *posse adquirível imaterial*, sendo o uso de *ter* claramente favorecido pelos contextos de posse material; nos casos de posse intrínseca, contudo, só ocorre o verbo *haver*. Essas possibilidades são exemplificadas em (35)-(37) a seguir, a partir de exemplos apresentados pela própria autora.

(35) posse adquirível material: *haver/ter reino, dizimas, tesouro, castelas, terras, arca, fror, seda, herdade, cortina, casa, ygrejas, vinas etc.*

(36) posse adquirível imaterial: *haver/ter poder, revora, perdon, prazo, bondades, esperança, maravilha, parayso, demo, demanda, voz etc.*

(37) posse intrínseca: *haver/*ter filio, ydade de X anos, nome, vida*

Os dados que levantei para o mesmo período confirmam a tendência apontada por Mattos e Silva, com *ter* “invadindo” os contextos de *haver* à medida que nos aproximamos do século XVI, quando praticamente já está completa a substituição do segundo pelo primeiro em todas as expressões de posse. Aliada a este fato, os dados também permitem estabelecer uma outra generalização: nos séculos XIII e XIV, *haver* ocorre preferencialmente com um possuído que seja *bare noun* ou introduzido por um quantificador indefinido; ao contrário, *ter* é bastante recorrente tanto entre possuídos introduzidos por demonstrativos e artigos definidos como entre aqueles realizados como *bare nouns*. Os dados em (38)-(39) a seguir revelam esse contraste. Particularmente nos casos em (39), listamos em (a)-(d) os únicos quatro casos (num total de 51 levantados) em que *haver* ocorre com um possuidor definido.

(38) Possuidores *bare noun* ou introduzidos por quantificador indefinido

a. *Este Nostro Senhur Ihesu Cristo á en sy **duas naturas** d’omen e Deus* (Afonso X, Foro Real – 1280(?). Fonte: CIPM)

b. *nēhuu nēbro nō pode **auer saude** sen sa cabeça* (Afonso X, Foro Real – 1280(?). Fonte: CIPM)

c. *os reys deste senhur e deste rey **auemus nome** e del fillamos o poder de fazer iustiça na terra* (Afonso X, Foro Real – 1280(?). Fonte: CIPM)

d. *por estas razões **avya** el rey dom Fernando dos mouros **tã grãde contia** d’aver en parias* (Crônica de Afonso X, Capítulo I – Século XIV. Fonte: CIPM)

e. ***avya** el rey dom Afonso **muy gram pesar** por que non **avya** della **filho*** (Crônica de Afonso X, Capítulo II – Século XIV. Fonte: CIPM)

f. *Toda moler que deostar outra moller que **aiá marido**...* (Foros de Garvão, 1280(?). Fonte: CIPM)

g. *Se alguu leygo **teuer pestamo** de eygreya ou de moosteyro* (Afonso X, Foro Real – 1280(?). Fonte: CIPM)

h. *os Juyzes de Montemaior **teen carta** d’el Rey...* (Foros de Garvão – 1280(?). Fonte: CIPM)

i. *...hũa asna que era viada que **tiinha hũa banda branca e outra preta**...* (Crônica de Afonso X, Capítulo VIII – Século XIV. Fonte: CIPM)

(39) Possuidores introduzidos por artigo definido ou demonstrativo

a. *E se iustiça fezer, **aya a pēa** que auerya outro ome qual quer que tal feyto fezesse* (Afonso X, Foro Real – 1280(?). Fonte: CIPM)

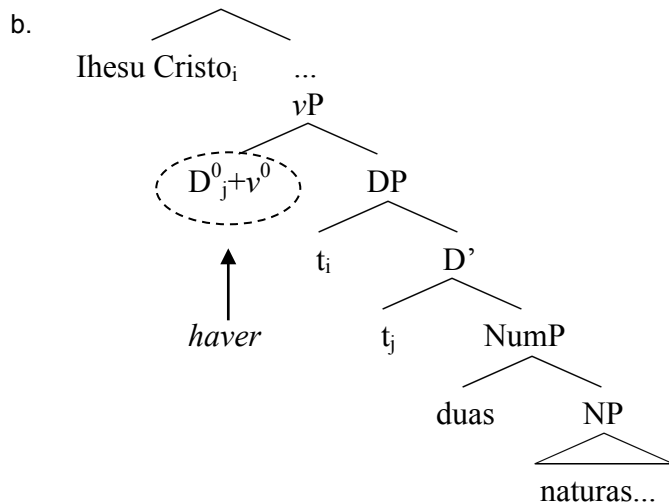
b. *el rey de Graada, por **aver a boa voontade e amizade** del rey dom Afonso* (Crônica de Afonso X, Capítulo III – Século XIV. Fonte: CIPM)

c. *este anniversairo fez sempre el rey dom Afonso cada ano, en quanto **ouve os reynos** ã seu poder* (Crônica de Afonso X, Capítulo VIII – Século XIV. Fonte: CIPM)

- d. *que el rey dom Fernando ou o iffante dom Afonso, seu filho, por elle **ouvesse a meatade das rendas*** (Crônica de Afonso X, Capítulo X – Século XIV. Fonte: CIPM)
- e. *sse o caualeyro **teuer o caualo** quando morer ssa molher...* (Dos Costumes de Santarém – 1294. Fonte: CIPM)
- f. *...[o mayordomo] **nõ ten hy o seu porteyro*** (Dos Costumes de Santarém – 1294. Fonte: CIPM)
- g. *...eu **tenho meu vinho aberto*** (Dos Costumes de Santarém – 1294. Fonte: CIPM)
- h. *queremos e demãdamos que todo crischão|s| **tenha esta fé*** (Afonso X, Foro Real 1280(?). Fonte: CIPM)
- i. *...que **tenhã do concello o seello*** (Afonso X, Foro Real – 1280(?). Fonte: CIPM)
- j. *Os scriuaans publicos **tenhã as notas primeyras** de totalhas cartas que fezerẽ* (Afonso X, Foro Real – 1280(?). Fonte: CIPM)
- k. *...os mouros **tiinham todo o Algarve**...* (Crônica de Afonso X, Capítulo VI – Século XIV. Fonte: CIPM)
- l. *En este tempo, **tiinha o alcaçer d'Exarez aquel cavaleiro** a que chamavo~ Garçia Gomez Carrilho...* (Crônica de Afonso X, Capítulo IX – Século XIV. Fonte: CIPM)

Partindo desses contrastes entre as sentenças possessivas com *ter* e *haver* no português medieval, vou sugerir que, para derivar as estruturas com *haver*, o verbo copular v_{cop} seleciona um DP interpretado como possuído. Similarmente à proposta de Kayne (1993) apresentada na seção anterior, esse DP deve trazer um possuidor em seu Spec, e D^0 deve se incorporar a v_{cop} para realizar o verbo possessivo. Nestes termos, a frase em (40a) vai apresentar a estrutura em (40b): *Ihesu Cristo* é inicialmente inserido no [Spec,DP] do constituinte que tem *naturas* como núcleo, enquanto D^0 se incorpora a v_{cop} .

(40) a. *...Ihesu Cristo á en sy duas naturas d'omen e Deus.*



Retomando a idéia de Torrego (2002), vou considerar que os verbos possessivos provenientes do item latino *habere* entre as línguas românicas são formados a partir da incorporação da preposição dativo-benefactiva *a* junto aos traços do verbo copular. Uma vez que, dentro da abordagem de Kayne, a categoria que se incorpora à cópula é um misto de preposição e determinante, podemos explorar a visão de que os traços da preposição dativo-benefactiva eram inseridos em D. Assim, da mesma forma que o verbo possessivo *ter* é obtido pelo amálgama dos traços de *estar* e *com* no português contemporâneo, o verbo possessivo *haver* no português medieval era realizado pelo amálgama dos traços de *ser* e *a*. Interessantemente, Nunes (1943) indica contextos do português antigo referente aos séculos XIII e XIV em que a preposição *a* ocorria com valores similares ao da preposição *com* no português contemporâneo, como no exemplo em (41) a seguir. Esse mesmo autor apresenta um dado do século XIII ou XIV em que *ser*

e *a* se combinavam para compor o valor possessivo, como exemplificado em (42), similarmente ao observado com o nosso *estar com*.

(41) [...] *os mouros vinham a (=com) gram pressa*. (século XIII ou XIV - Nunes 1943: 5)

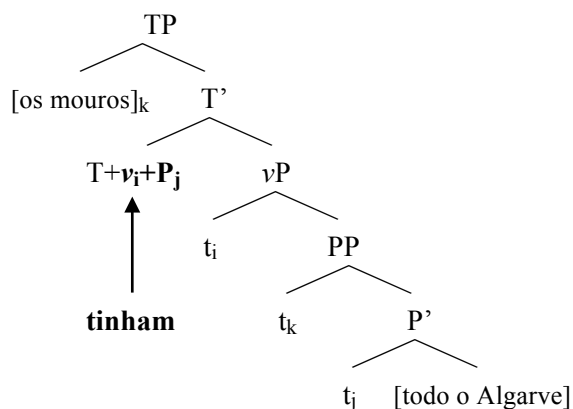
(42) *Aquelle logar de hũa parte e da outra era a (=estava com) rribeira cuberta d'auores*. (século XIII ou XIV - Nunes 1943: 23)

Se esta análise estiver no caminho correto, a baixa ocorrência de *haver* com sintagmas definidos vai ser devida ao fato de a posição correspondente a D, responsável por licenciar os determinantes definidos, estar destinada a receber os traços da preposição que vão se incorporar à cópula. Ou seja, não há espaço para a ocorrência de determinantes definidos (artigos definidos e pronomes demonstrativos) na estrutura copular que deve se superficializar com *haver*, o que explica a alta frequência de *bare nouns* e nomes indefinidos nas expressões de posse com esse verbo. Vale ressaltar que há trabalhos mostrando que as sentenças com *to have* no inglês perdem o sentido de posse intrínseca e/ou duradoura se o complemento da expressão for um DP definido (ver Ouhalla (1998)), fato bem-vindo para a presente análise, visto estarmos sugerindo para o português antigo a mesma estrutura apresentada por Kayne (1993) para explicitar fatos do inglês.

Quanto às sentenças possessivas com *ter* daquele estágio, pode-se considerar que a sua geração vai envolver a concatenação de um verbo copular com um legítimo PP, e não um DP, tal como já assumido anteriormente para o português contemporâneo em sentenças com o mesmo verbo. Uma construção como aquela em (43) a seguir vai ter, dessa forma, a estrutura em (44), com P sendo incorporado a *v* e resultando na realização de *ter*. Essa configuração não impõe qualquer obstáculo para a realização de determinantes definidos e demonstrativos dentro do DP interpretado como possuído, dado que, diferentemente do observado nas possessivas com *haver*, D não precisa estar livre para se incorporar à cópula.

(43) ...*os mouros tinham todo o Algarve*... (Crônica de Afonso X, Capítulo VI – Século XIV. Fonte: CIPM)

(44)



Em termos semânticos, é plausível considerar a hipótese de que a oposição entre *haver* e *ter* em sentenças possessivas do português medieval era similar à observada contemporaneamente entre *ter* e *estar com*: *haver* funcionava da mesma forma que o uso contemporâneo de *ter* (posse permanente, intrínseca, duradoura), enquanto *ter* era usado da mesma forma que o nosso atual *estar com* (posse transitória, recentemente adquirida). A verificação dessa hipótese ficará para a segunda etapa da pesquisa; se estiver correta, ela permitirá explicar o porquê de a expressão de posse inalienável não ocorrer com *ter* no português daquele estágio (Mattos e Silva 1997; ver (35)-(37)), dado que esse tipo de expressão é pragmaticamente restrita com a noção de transitoriedade.

5. O verbo *haver* em contextos existenciais do português medieval

5.1 O verbo *haver* e a preposição dativo-benefactiva *a*

Conforme já ressaltado por diferentes estudos em torno de fatos do português medieval, *haver* perde espaço para *ter* entre as sentenças possessivas, mas rouba o de *ser* entre as existenciais. Nos séculos XIII e XIV, um fato que chama a atenção entre as primeiras construções em que *haver* aparece como existencial é a realização da partícula locativa *y* nos casos em que um sintagma locativo preposicionado não estava realizado na sentença. Os dados com *ser* existencial em (45) e com *haver* existencial em (46) evidenciam que este índice locativo era obrigatório com o segundo, mas não com o primeiro verbo.

(45)

- a. ...*diz a Sancta Escripura que nõ é huu mayor enmigo ca aquel que dana a boa fama do outro.* (Afonso X, Foro Real – 1280(?). Fonte: CIPM)
- b. ...*todo Alcayde de S(ant)aren deue seer vezi'inho de S(ant)aren. E o q(ue) ffor en seu logo outro ssey seer vezi~ho de S(ant)aren* (Dos Costumes de Santarém – 1294. Fonte: CIPM)
- c. *Todo homem que no Reyno for e atees ((L015)) cabo de #x anos no~ demandar erdade ((L016)) ou vigna. ou Casa. se a depois dema~dar. ((L017)) no~ lj responde~.* (Foros de Garvão – 1280. Fonte: CIPM)
- d. *Todo crischão crea firmemente qu'ê hũu soo e uerdadeyro Deus, padre e fillo e sprictu sancto [...].* (século XIII - Nunes 1943: 8)
- e. *A quarta cousa é que eno aplazamento deven seer III cousas: o dya e o tẽpo e o logar e a quẽ deve vijr responder.* (século XIII - Tempo dos Preitos - CIPM)

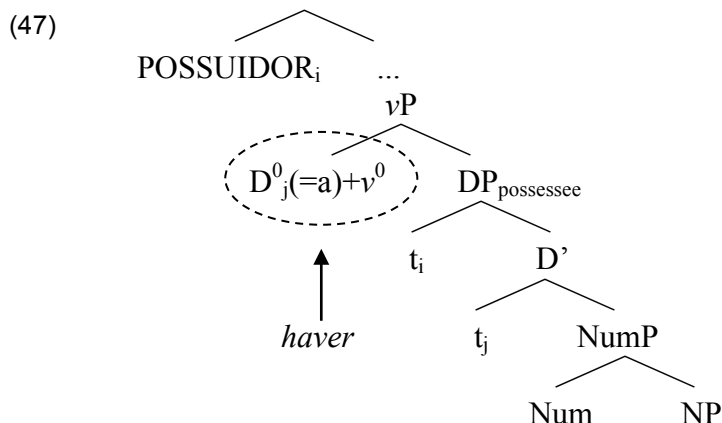
(46)

- a. *se na terra ouuer malfeitores meter y o senhor da terra cõ nus juyzes* (Foros de Garvão – 1267. Fonte: CIPM)
- b. *avya hi muytos mouros vezinhos acerca da cidade* (Crônica de D. Afonso, Capítulo II – Século XIV. Fonte: CIPM)
- c. *En hua abadia huu tesoureiro avia* (Século XIII – Apresentado em Mattos e Silva 1997: 262)
- d. *...que non avia y mouros nem judeus* (Século XIII – Apresentado em Mattos e Silva 1997: 262)
- e. *con sua herdade que y ha e co suas pertijças* (Século XIII – Apresentado em Mattos e Silva 1997: 262)

Considerando esses dados, face aos apresentados na seção anterior, precisamos nos perguntar sobre o porquê de os aprendizes do português daquele estágio terem passado a analisar *haver* como existencial e, ao mesmo tempo, terem afastado esse verbo de contextos possessivos. À primeira vista, parece estarmos diante de uma situação similar à observada no português brasileiro: a forma verbal com valor possessivo passa a integrar o domínio existencial, acumulando então dois valores. Há, contudo, uma diferença crucial entre os dois estágios relevantes do português: enquanto *ter* permaneceu como possessivo no português brasileiro, sem qualquer categoria aparente que “ameace” o seu estatuto como tal, *haver* progressivamente perdeu o valor possessivo no português antigo, passando a funcionar exclusivamente como existencial.

A hipótese que explorei na investigação foi a de que essa mudança está associada à perda da configuração copular que entrava em jogo na derivação das sentenças possessivas com *haver*. Lembremos que, na seção anterior, assumiu-se que uma categoria D^0 recebia os traços correspondentes à categoria dativo-benefactiva *a* e se incorporava ao verbo copular para a obtenção do verbo possessivo *haver*, como na configuração em (47) a seguir. Naquele período, *a* detinha um valor estativo, com um comportamento similar ao da preposição *com* no português contemporâneo (ver os dados em (41) e (42)). Ao perder (ou, pelo menos, ter alterado em algum sentido) esse valor estativo, transformando-se numa preposição

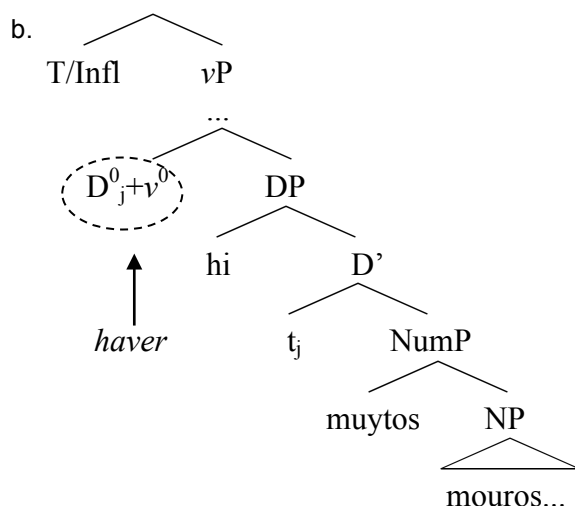
típicamente direcional (de onde se mantém o seu significado dativo-benefactivo), a preposição *a* deixou de ser licenciada como um item capaz de compor a base de uma estrutura possessiva. Ressalte-se que, em línguas românicas como o francês e o italiano, a preposição *a* não perdeu seu valor estativo e, ao mesmo tempo, manteve-se um cognato do latino *habere* como verbo possessivo até os dias atuais, o que reforça a idéia de existir uma correlação (de causa ainda inexplicada) entre o uso de *haver* como possessivo e o licenciamento do item dativo-benefactivo (ver a proposta de Torrego (2002)) na base copular subjacente da expressão de posse.



Por extensão, as construções com *haver* deixaram de receber DPs interpretados como possuidores na posição de [Spec,DP], dado que, na ausência do valor estativo para a preposição *a*, a estrutura perdeu a capacidade de veicular a expressão possessiva. Ressalte-se, contudo, que essa mesma posição deve ter sido o *locus* de inserção dos PPs locativos e do advérbio pronominal *y*, que obrigatoriamente ocorriam entre as primeiras manifestações de *haver* como um verbo impessoal (ver os dados em (46)). Esse é um fato bem-vindo diante da proposta de Freeze (1992) assumida neste projeto. Lembremos que, de acordo com Freeze, a presença de categorias locativas na posição de sujeito de estruturas copulares conduz à interpretação existencial. Dessa forma, o uso de categorias locativas na posição de sujeito de *haver* (que, em termos subjacentes, vai corresponder à posição de sujeito de uma estrutura copular) pode ter correspondido a uma estratégia do sistema computacional para atribuir um valor existencial a uma estrutura que não mais podia ser interpretada como possessiva.

Podemos explorar, nestes termos, a idéia de que as primeiras sentenças existenciais com *haver*, como no exemplo em (48a) a seguir, correspondiam a estruturas como aquela desenvolvida em (48b): a base copular que era usada para gerar as sentenças possessivas com *haver* foi transferida para as estruturas existenciais emergentes com esse verbo, da mesma forma que o observado na emergência de *ter* como existencial no português brasileiro. A diferença em relação à estrutura com *ter* do português brasileiro é que, ao ser transferida para os contextos de existência, a estrutura de *haver* perdeu a possibilidade de veicular o significado existencial. Sobre o advérbio locativo *hi/y*, vou por ora considerar que o seu ponto de inserção era em [Spec,DP], que correspondia ao *locus* onde eram inseridos os possuidores das sentenças com *haver* destinados a ocorrer como sujeitos.

(48) a. *avya hi muytos mouros...*



Há, certamente, questões pendentes para que esse quadro possa ser validado. Um deles é o fato de a emergência de *haver* como existencial não ter se dado de forma abrupta: o que se encontra nos dados é a diminuição progressiva de *haver* como possessivo ao lado de um aumento também progressivo desse mesmo verbo como existencial, com as duas possibilidades convivendo lado a lado entre os documentos analisados. É importante frisar, contudo, que a língua escrita tende a reter formas que não possuem um estatuto natural na gramática internalizada pelos falantes (ver, por exemplo, a discussão desenvolvida em Kato (2005)). Pensando em termos da oposição entre gramática nuclear e periferia (Chomsky 1981), é possível que, durante um certo período de tempo, uma determinada forma presente na periferia seja preferencial a uma outra forma de mesmo valor gramatical presente na gramática nuclear dos falantes. Em Avelar (2006), argumentei ser essa a situação que envolve *ter* e *haver* no português brasileiro contemporâneo: embora *ter* seja o verbo existencial canônico dessa língua, *haver* ainda é preferível na linguagem escrita formal, que mira em geral os padrões identificados no português europeu. Fato similar pode ter acontecido no português medieval: *haver* pode ter se tornado um verbo exclusivamente existencial na gramática nuclear dos falantes, mas as estruturas em que ocorrem como possessivo persistiram na língua por compor a gramática periférica, formada em parte pelo contato com a linguagem escrita.

Uma outra questão que ficou pendente na investigação diz respeito à estrutura das sentenças existenciais com o verbo *ser* no português medieval, que deu lugar àquelas com o verbo *haver*. A grande dificuldade para determinar essa estrutura vem da baixa frequência das construções com *ser* existencial no *corpus* considerado, que desaparecem quase por completo já na metade do século XIV. Além disso, não é claro, em determinados contextos, se o verbo *ser* está sendo realizado como uma sentença impessoal ou se está licenciando um sujeito nulo referencial. Uma das metas na continuidade deste projeto será exatamente a ampliação dos *corpora*, partindo para análise de documentos que não estejam no CIPM, de modo a permitir a observação de um número maior de sentenças com *ser* existencial.

Outro fato relevante envolvendo o uso de *ser* é a não-obrigatoriedade da categoria locativa na posição de sujeito das sentenças existenciais com esse verbo, diferentemente do que era observado com *haver*, o que contraria a previsão de Freeze (1992). Além disso, o verbo *ser* na versão existencial concordava com o DP/NP pós-verbal, num padrão similar às existenciais com *there to be* do inglês contemporâneo, mas diferente do padrão que viria a emergir com o verbo *haver*. Uma hipótese a ser considerada é a de que,

entre as existenciais que se realizam abertamente com formas copulares do tipo *ser* ou *to be*, o DP/NP pós-verbal precisa receber Caso por meio da interação com os traços- ϕ presentes em T/Infl; diferentemente, nas línguas que recorrem à incorporação de uma categoria à cópula para realizar o verbo existencial, é exatamente essa categoria que atribui Caso ao DP pós-verbal, não precisando entrar em jogo qualquer relação com os traços- ϕ de T/Infl. A verificação dessa hipótese também ficará para a segunda etapa do projeto, com a ampliação dos documentos analisados e a observação da gramática de outras línguas naturais que permita confrontar padrões de sentenças existenciais dos dois tipos.

5.2 Conclusões preliminares e atividades para as próximas etapas

Se o conjunto de hipóteses apresentado para explicar os fatos em torno da sintaxe de posse e existência no português medieval estiver correto, o uso de *haver* como verbo existencial vai se dever a mudanças observadas no domínio de estruturas subjacentemente estativo-copulares, que deixam de dispor dos traços da preposição *a* no esqueleto das construções com *haver*. Para sustentar essa hipótese, a continuidade do projeto prevê as seguintes atividades:

- ampliar a observação dos dados para os séculos XV e XVI, bem como aumentar a amostra dos séculos XIII e XIV, de modo a observar o “ápice” das mudanças relevantes para o projeto;
- abordar a estrutura das construções existenciais com *ser*, procurando responder, dentre outros aspectos, por que esse verbo não permaneceu em variação estável com *haver* entre os contextos existenciais;
- verificar em que termos teria emergido o padrão de sentenças possessivas com *estar+com*, que até aqui não foram identificadas entre os dados dos séculos XIII e XIV;
- acurar a descrição semântica das expressões possessivas no português antigo, visando a verificar se a oposição entre *haver* e *ter* era da mesma natureza que a observada atualmente entre *ter* e *estar com*;
- contrastar as propriedades demonstradas pela preposição *a* no português antigo com as identificadas atualmente para as línguas que teriam a preposição dativo-benefactiva como *dummy preposition* (como o italiano moderno, de acordo com Giorgi & Longobardi 1991);
- atentar para os mesmos padrões de mudança observados no castelhano, procurando responder por que as existenciais do espanhol evoluíram no sentido de fixar um índice etimologicamente locativo (a partícula *y*) junto ao verbo existencial, sem que o português tenha seguido o mesmo caminho.

Bibliografia

- Alkmim, T. 2003. *Para a história do português brasileiro*, Vol. III. São Paulo: Humanitas-USP.
- Avelar, J. 2004a. *Dinâmicas morfossintáticas com “ter”, “ser” e “estar” em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. IEL-UNICAMP.
- Avelar, J. 2004b. *Adjuntos locativos no português brasileiro*. Projeto de Doutorado. (financiamento FAPESP / processo 04/00030-8). IEL-UNICAMP.
- Avelar, J. 2005. *Constituintes preposicionados, derivação por fases e critério de interpretação temática*. Comunicação apresentada no 53º GEL, realizado entre os dias 28 e 30/07/2005 na Universidade Federal de São Carlos.
- Avelar, J. 2006a. De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de “haver” no português brasileiro. *Letras de Hoje*, 143.
- Avelar, J. 2006b. *The edge of locative PPs in Brazilian Portuguese*. Trabalho apresentado no “The Edges in Syntax Conference”, realizado em Nicósia/Chipre, entre os dias 15 e 17/05/2006.

- Avelar, J. 2006c. *On the emergence of "ter" as an existential verb in Brazilian Portuguese*. Trabalho apresentado no IX DiGS (Diachronic Generative Syntax Conference), realizado em Trieste/Itália, entre os dias 08 e 10/06/2006.
- Avelar, J. 2006d. *Adjuntos adnominais preposicionados no português brasileiro*. Tese de Doutorado. IEL/UNICAMP.
- Avelar, J. & Cyrino, S. 2007/em preparação. *Locative phrases in subject position: a possible contribution of Bantu languages to the syntax of Brazilian Portuguese*.
- Avelar, J. & Galves, C. 2007/em preparação. *On optional agreement in non-standard Brazilian Portuguese dialects*. Trabalho selecionado para apresentação no XVII Colloquium on Generative Grammar, a ser realizado em Girona/Espanho, em junho deste ano.
- Bach, E. 1967. "Have" and "Be" in English Syntax. *Language*, 43. 462-485.
- Baker, M. 2003. Agreement, Dislocation and Partial Configurability. In A. Carnie, H. Harley & M. Willie. (orgs.). *Formal Approach to Function*. Amsterdam: John Benjamins. 107-134
- Barbosa, A. G. 1999. *Para uma história do português colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio*. Tese de Doutorado. FL-UFRJ.
- Barbosa, P. 1989. *Locatives as subjects?* Ms.
- Battye, A. & I. Roberts. 1995. *Clause structure and language change*. New York, Oxford: Oxford University.
- Beline, R. 2005. *Ter + particípio e Estar + gerúndio: Aspecto verbal e variação no Português do Brasil*. Tese de Doutorado. IEL-Unicamp.
- Belletti, Adriana. 1988. *The case of unaccusatives*. *Linguistic Inquiry*, 34.
- Belvin, R. & M. den Dikken. 1997. "There", happens, "to", "be", "have". *Língua*, 101. 151-183.
- Benveniste, E. 1966. "Être" et "avoir" dans leurs fonctions linguistiques. In *Problemes de lingüistique generale*. Paris: Gallimard. 187-207.
- Bresnan, J. 1994. Locative inversion and the achitecture of universal grammar. *Language*, 70. 72-131.
- Bresnan, J. & J. Kanerva. 1989. Locative inversion in Chichewa. *Linguistic Inquiry*, 20. 1-50.
- Callou, D. & J. Avelar. 2002. Sobre "ter" e "haver" em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. *Gragoatá*, 9. 85-114.
- Callou, D. & J. Avelar. 2003a. Estruturas com "ter" e "haver" em anúncios do século XIX. In T. Alkmim (org.). *Para a história do português brasileiro*, Vol. III. São Paulo: Humanitas-USP. 47-68.
- Callou, D. & J. Avelar. 2003b. "Ter" and "haver" in the history of Portuguese: the appearance of "ter" in existential environments. Comunicação apresentada no NWAWE 32, realizado na Universidade da Pensilvânia, entre os dias 09 e 12/10/2003.
- Callou, D. & E. Duarte. 2002. *Para a história do português brasileiro*. Volume IV: Notícias de corpora e outros estudos. Rio de Janeiro: UFRJ/Letras, FAPERJ.
- Camarero, M. G. 1997. Acerca de los condicionamientos cognitivos y lingüísticos de la sustitución de "aver" por "tener". *Verba*, 24. 203-235.
- Cardoso, S. 1986. "Ter/Haver" no português do Brasil: mudança lingüística e ensino. In *Atas do I Simpósio sobre diversidade lingüística no Brasil*. Salvador: UFBA.
- Carneiro, Z. 2005. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo lingüístico-filológico*. Tese de Doutorado. IEL/UNICAMP.
- Castilho, C. M. M. 2005. *O processo de redobramento sintático no português medieval: o redobramento pronominal e a formação das perífrases de estar+ndo/-r*. Tese de Doutorado. IEL-UNICAMP.
- Chomsky, N. 1981. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris Publications.
- Chomsky, N. 1986. *Knowledge of language, its nature, acquisition and use*. Nova York: Praeger.
- Chomsky, N. 1995. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press.
- Chomsky, N. 2000. Minimalist Inquiries: The Framework. In R. Martin, D. Michaels & J. Uriagereka. (orgs.). *Step-by-step: essays in minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: The MIT Press. 89-155.
- Chomsky, N. 2001a. Derivation by phase. In M. Kenstowicz (org.). *Ken Hale: A life in language*. Cambridge, MA: The MIT Press. 1-52.
- Chomsky, N. 2001b. Beyond explanatory adequacy. *MIT working papers in Linguistics* 20. 1-28.
- Chomsky, N. 2005. *On phases*. Ms.
- Chomsky, N. & H. Lasnik. 1995. The Theory of Principles and Parameters. In N. Chomsky. *The minimalist program*. Cambridge, MA: The MIT Press.

- Clark, E. 1978. *Locational: existential, locative and possessive constructions*. In J. Greenberg (org.). *Universals of human language*. Vol. 4. Stanford: Stanford University Press.
- Clark, R. & I. Roberts. 1993. A computational model of language learnability and language change. *Linguistic Inquiry* 24. 294-345.
- Duarte, E. 1995. *A perda do princípio 'Evite Pronome' no português brasileiro*. Tese de Doutorado. IEL-UNICAMP.
- Eleutério, S. 2000. *As estruturas existenciais e os tempos compostos em corpus do português europeu*. Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ.
- Eleutério, S. 2003. *A variação ter/haver: documentos notariais do século XVII*. Tese de Doutorado. FL-UFRJ.
- Embick, D. & R. Noyer. 2001. Movement Operations after Syntax. *Linguistic Inquiry*, 32. 555-595.
- Embick, D. & R. Noyer. 2004. *Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface*. Ms.
- Ferreira, M. 2000. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. IEL-UNICAMP.
- Figueiredo Silva, M. C. 1996. *A posição sujeito no português brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Franchi, C., E. Negrão & E. Viotti. 1998. Sobre a gramática das orações impessoais com *ter/haver*. *D.E.L.T.A.*, 14. 105-131.
- Freeze, R. 1992. Existential and other locatives. *Language*, 68. 553-595.
- Galves, C. 1996. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In I. Roberts & M. Kato, *Português brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp. 387-408.
- Galves, C. 2001. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Galves, C. 2006. *A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro*. Ms.
- Guedes, M. & R. Berlinck. 2000. *E os preços eram commodos... anúncios de jornais brasileiros – Século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP.
- Halle, M. & A. Marantz. 1993. Distributed Morphology and pieces of inflection. In K. Hale & S. Keyser. (orgs.). *The view from building 20*. Cambridge: MIT Press. 111-176.
- Halle, M. & A. Marantz. 1994. Some key features of Distributed Morphology. *MIT Working Papers in Linguistics* 21. 275-288.
- Harley, H. 2001. *Possession and double object construction*. Extraído em 10/10/2003 de <http://linguistics.arizona.edu/~harley>.
- Harley, H. & R. Noyer. 2003. *Distributed Morphology*. Extraído em 09/09/2003 de <http://linguistics.arizona.edu/~harley>.
- Heine, B. 1997. *Possession: cognitive sources, forces and grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Horstein, N., S. Rosen & J. Uriagereka. 2002. *Integrals*. Extraído em 11/10/2002 de <http://www.ling.umd.edu/Uriagereka/papers.html>.
- Kato, M. 1999. Os frutos de um projeto herético: parâmetros na variação intra-lingüística. In D. Hora & E. Cristiano. (orgs.). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia. 95-106.
- Kato, M. 2004. Desvendando a gramática do português brasileiro. In E. Albano *et al.* (orgs.). *Saudades da língua*. Campinas: Mercado de Letras / IEL-UNICAMP. 261-271.
- Kato, M. A. 2005. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In M.A.Marques, E.Koller;J.Teixeira & A.S.Lemos. (Org.). *Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM (Universidade do Minho). 131-145.
- Kayne, R. 1993. Toward a modular theory of auxiliary selection. *Studia Linguistica* 47. 3-31.
- Kroch, A. 1989. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variation and Change*. Vol. 1, n° 3. 199-244.
- Kroch, A. 1994. Morphosyntactic Variation. *Proceedings of the Thirtieth Annual Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Vol. 2. 180-201.
- Kroch, A. 2000. Syntactic change. In M. Baltin & C. Collins. (orgs.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Malden, MA: Blackwell. 629-739.
- Lasnik, Howard. 1995. Case and expletives revisited: on Greed and other human failings. *Linguistic Inquiry*, 26.
- Levinson, L. 2004. *HAVE minus BE equals P*. Ms.
- Lightfoot, D. 1979. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lightfoot, D. 1987. *The language lottery: toward o biology of grammars*. Cambridge; Massachusetts: MIT Press.
- Lightfoot, D. 1991. *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge; Massachusetts: MIT Press.

- Lightfoot, D. 1999. *The development of language: acquisition, change, and evolution*. Malden, MA: Blackwell.
- Lightfoot, D. 2002. *Syntactic Effects of Morphological Change*. Oxford: Oxford University Press.
- Lightfoot, D. 2006. *How new languages emerge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Longa, V., G. Lorenzo & G. Rigau. 1998. *Subject clitics and clitics recycling: locative sentences in some Iberian Romance languages*. *J. Linguistics*, 34.
- Lyons, J. 1967. *A note on possessive, existential, and locative sentences*. *Foundations of Language* 3. 390-396.
- Mattos e Silva, R. V. 1989a. *Estruturas trecentistas*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Mattos e Silva, R. V. 1989b. Variação e mudança no português arcaico: “ter” ou “haver” em estruturas de posse. In C. C. Pereira & P. R. D. Pereira. (orgs.). *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. 299-311.
- Mattos e Silva, R. V. 1994. Para uma caracterização do período arcaico do português. *D.E.L.T.A.* Vol.10. 247-276.
- Mattos e Silva, R. V. 1996. A variação *haver/ter*. In Mattos e Silva, R. V. (org.). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: EDUFBA/UEFS/CNPq. 181-194.
- Mattos e Silva, R. V. 1997. Observações sobre a variação no uso dos verbos “ser”, “estar”, “haver”, “ter” no galego-português ducentista. *Estudos lingüísticos e literários*, 19. 253-285.
- Mattos e Silva, R. V. 2002a. A definição da oposição entre “ser” e “estar” em estruturas atributivas nos meados do século XVI. In R. V. Mattos e Silva & A. V. L. Machado Filho. (orgs.). *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA. 103-117.
- Mattos e Silva, R. V. 2002b. Vitórias de “ter” sobre “haver” nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros. In R. V. Mattos e Silva & A. V. L. Machado Filho. (orgs.). *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA. 119-142.
- Marten, L. 2006. Locative inversion in Otjherero: more on morphosyntactic variation in Bantu. *ZAS Papers in Linguistics*, 43. 97-122.
- Messineo, C. 2004. *La posesión em toba*. Ms.
- Negrão, E. & E. Viotti. 2006. *Brazilian Portuguese as a topic-oriented language: the contribution of African languages to shape its sentence structure*. Trabalho apresentado em encontro do GT de Teoria da Gramática, realizado na PUC-SP em julho de 2006.
- Negrão, E. & E. Viotti. 2000. Brazilian Portuguese as a Discourse-Oriented Language. In Kato, M. & E. Negrão (eds.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert Verlag.
- Nunes, J. J. 1943. *Crestomatia Arcaica*. 3ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Ouhalla, J. 1998. Possession in sentences and noun phrases. In J. Lecarme, J. Lowestamm & U. Shlonsky (orgs.). *Research in Afroasiatic Grammar*. Papers from the Third Conference on Afroasiatic Languages. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 221-242.
- Pintzuk, S., G. Tsoulas & A. Warner. 2000. Syntactic Change: Theory and Method. In S. Pintzuk, G. Tsoulas & A. Warner. (orgs.). *Diachronic syntax – Models and mechanisms*. Oxford University Press. 1-22.
- Rand, D. & D. Sankoff. 1990. *Goldvarb: a variable rule application for Macintosh*.
- Reintges, C. H. & A. Lipták. 2006. “HAVE” = “BE” + PREP(osition): New evidence for the preposition incorporation analysis of clausal possession. Ms.
- Ribeiro, J. 1881/1914. *Grammatica Portugueza*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- Ribeiro, I. 1996. A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas *ter*, *haver* e *ser*. In I. Roberts & M. Kato. (orgs.). *Português brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp. 343-386.
- Roberts, I. 1993. *Verbs and diachronic syntax: a comparative history of English and French*. Dordrecht; Boston: Kluwer Academic.
- Roberts, I. 2001. Language Change and Learnability. In S. Bertolo (org.). *Parametric Linguistics and Learnability*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Roberts, I. & A. Roussou. 1999. A formal approach to “grammaticalisation”. *Linguistics*, 37. 1001-1041.
- Roberts, I. & M. Kato. 1996. *Português brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Robinson, J., H. Lawrence & S. Tagliamonte. 2001. *Goldvarb 2001. A multivariate analysis application for Windows*. Extraído de <http://www.york.ac.uk/depts/lang/webstuff/goldvarb/manual/manualOct2001.html>.
- Rodrigues, C. 2002. Morphology and null subjects in Brazilian Portuguese. In D. Lightfoot (org.). *Syntactic effects of morphological changes*. Oxford: Oxford University Press. 160-178.
- Sampaio, M. L. P. 1978. *Estudo diacrônico dos verbos “ter” e “haver”, duas formas em concorrência*. Assis: Negro.

- Seki, L. 2000. *Gramática do Kamaiurá – Língua Tupi-Guarani do Alto Xingu*. Campinas: Editora da Unicamp. São Paulo: Imprensa Oficial.
- Silva, R. N. A. 2004. A variação “ter/haver” na fala pessoense. In D. Hora (org.). *Estudos sociolingüísticos: perfil de uma comunidade*. 219-234.
- Szabolcsi, A. 1994. The noun phrase. In F. Kiefer & K. Kiss. (orgs.). *The syntactic structure of Hungarian*. *Syntax and Semantics*, 27. San Diego: Academic Press.
- Tarallo, F. 1996. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além-mar ao final do século XIX. In I. Roberts & M. Kato. (orgs.). *Português brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp. 35-68.
- Tarallo, F. & M. Kato. 1989. Harmonia trans-sistêmica: variação inter- e intra-lingüística. *Preedição*, 5.
- Torrego, E. 2002. Aspect in the prepositional system of Romance. In T. Satterfield, C. Tortora & D. Cresti. (orgs.). *Current issues in romance languages*. Amsterdam: John Benjamins.
- Viotti, E. 1998. Uma história sobre “ter” e “haver”. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, 34. 41-65.
- Viotti, E. 1999. *A sintaxe das sentenças existenciais no português do Brasil*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP.
- Weinberg, M. B. F. 1997. Evolución de los usos de “ser-estar” y “haber-tener” en español bonaerense. *Lingüística (ALFAL)*, 9. 111-123.
- Weinrich, U., W. Labov & M. Herzog. 1968. Empirical foundations for a theory of language change. In W. Lehmann & Y. Malkiel. (orgs.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press. 97-195.
- Referências correspondentes aos documentos disponibilizados no CIPM**
- Brocardo, M. T. 1994. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Tese de Doutorado. F.C.H.S – Lisboa. 333-693.
- Castro, I. et al. 1985. *Vidas de santos de um manuscrito alcobacense*. Lisboa: INIC. 16-52; 59-83.
- Cintra, L. F. L. 1951. *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: INCM.
- Duarte, L. F. 1986. *Os documentos em português da Chancelaria de D. Afonso III* (Edição). Dissertação de Mestrado. F.L.U.L. 68-295.
- Ferreira, J. A. 1980. *Alphonse X, Primeyra Partida*. Braga: INIC. 5-580.
- Ferreira, J. A. 1987. *Afonso X, Foro Real*. Lisboa: INIC. 125-309.
- Garvão, M. H. 1992. *Foros de Garvão. Edição e estudo lingüístico*. Dissertação de Mestrado. F.L.U.L. 65-99.
- Maia, C. A. 1986. *História do Galego-Português*. Coimbra: INIC. 19-295.
- Maler, B. (ed.). 1956. *Orto do Esposo*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- Martins, A. M. 1994. *Clíticos na história do português – Apêndice documental*. Vol. 2. Tese de Doutorado. Lisboa.
- Martins, A. M. 2000. *Documentos notariais dos séculos XII a XVI*. Edição Digitalizada.
- Neto, J. A. S. 1997. *Dois leituras do Tratado Ascético-Místico Castelo Perigoso*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP. Edição revista por I. Nunes.
- Parkinson, S. (ed.). *Arquivo de textos notariais em português antigo*. Oxford. Edição Digitalizada.
- Piel, J. 1942. *Leal Conselheiro* (ed. crít.). Lisboa: Livraria Bertrand. Edição digitalizada, revista por J. Dionísio e S. Alvarez.
- Piel, J. 1944. *Livro da ensinança do bem cavalgar toda sela*. Lisboa: Bertrand. Edição digitalizada, revista por J. Dionísio.
- Rodrigues, M. C. M. 1992. *Dos Costumes de Santarém*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: F.L.L. 160-251.